



ISSN 1980-6434

DIREITO, LITERATURA E PROPRIEDADE INTELECTUAL NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS

Texto extraído do EVOCATI Revista

http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=554

Carla Eugenia Caldas Barros e Murilo Soares Tavares

Carla Eugênia é Professora da graduação e da Pós Graduação de Direito da Universidade Federal de Sergipe. Murilo é Graduando em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Discente bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPQ),

RESUMO

As interfaces entre direito e literatura, na seara da Propriedade Intelectual, destacam-se como um vasto campo para a realização de estudos e pesquisas científicas. Reconstruir na prática as variadas possibilidades oferecidas pelos estudos de Direito e Literatura, dando testemunhos da presença de institutos jurídicos de Propriedade Intelectual nos textos de Machado de Assis, é o objetivo deste trabalho. O interesse desta pesquisa, mais do que reduzir a leitura da obra machadiana a uma superficial compilação de aspectos jurídicos e literários, é identificar em seus escritos pontos de convergência entre esses dois saberes, descobrindo como o talento literário do autor articulou esta interface. Para tanto, analisou-se as obras machadianas publicadas no fim do século XIX, época em que o referido autor trabalhou como funcionário público encarregado de rever pedidos de patentes e expedir as respectivas cartas. Tendo por base os elementos da hermenêutica do direito da propriedade intelectual, em especial os critérios interpretativos da máxima efetividade e concordância prática de acordo com os elementos apresentados nos textos e sua inserção legal. Sempre se levou em observação os princípios zetéticos e dogmáticos das obras analisadas e os respectivos institutos jurídicos da Propriedade Intelectual. Por fim, são apresentadas as conclusões decorrentes dos resultados encontrados na pesquisa.

PALAVRAS CHAVES: direito; literatura; propriedade intelectual; machado de assis

ABSTRACT

The interfaces between law and literature, in the area of Intellectual Property, stand out like a vast field for studies and scientific research. Rebuilding in practice the varied possibilities offered by studies of law and literature, giving evidence to the presence of legal institutes from Intellectual Property in the texts of Machado de Assis, is the goal of this work. The interest of this research, rather than reduce the reading of Machados work to a superficial compilation of legal and literary, in his writings is to identify points of convergence between these two knowledges, discovering how the authors literary talents articulated this interface. To do so, we analyzed the works of Machado published in the late nineteenth century, a time that the author worked as a public employee responsible to review patent requests and expedite their cards. Based on the elements of hermeneutics of intellectual property law, particularly the interpretive criteria of maximum effectiveness and compliance practice according to the evidence presented in the texts and their insertion legal. When we took into observation and dogmatic principles zetéticos works analyzed and its legal institutions Intellectual Property. Finally, conclusions are drawn from the results found in the search.

KEYWORDS: law; literature; intellectual property; Machado de Assis

1. INTRODUÇÃO

As interfaces entre direito e literatura, na seara da Propriedade Intelectual, destacam-se como um vasto campo para a realização de estudos e pesquisas científicas. Reconstruir na prática as variadas possibilidades oferecidas pelos estudos de Direito e Literatura, dando testemunhos da presença de institutos jurídicos de Propriedade Intelectual nos textos de Machado de Assis, é o objetivo deste trabalho.

Machado foi o autor escolhido para a pesquisa, pois chegou a desempenhar cargos públicos relevantes nos quais tinha como competência além do registro de patentes outros registros ligados à ciência e à atividade industrial. Objetos de estudo da Propriedade intelectual. Ramo autônomo do direito que se preocupa em tutelar os direitos e garantias das criações, sejam elas industriais, literárias, artísticas ou científicas. Assim, Machado de Assis mostrava-se conhecedor do âmbito dos direitos legais da sociedade. Era consciente e diplomático, conforme expressa BOSI (2010)

Dessa forma, à medida que diversos institutos do mencionado ramo do Direito podem ser encontrados em seus textos literários, o caminho entre o jurídico e o literário oferece um estímulo na construção participativa de investigações que buscam incentivar o espírito crítico e a interdisciplinaridade. Estes caminhos encontram-se, cruzam-se, muitas vezes confundem-se no permanente traçado construtor do mundo que perseguem. Apesar da diferença metodológica, Direito e Literatura significam dois modos de agir sobre o humano por meio da linguagem e do discurso. Emana da atividade jurídica e literária um pressuposto comum: Direito e Literatura partilham o desejo de construção do mundo, criam uma nova ordem e agem sobre a dimensão do humano.

Nesse sentido, torna-se um desafio aos atuais juristas repensarem o Direito. Assim, dentre as alternativas em que se apresentam o estudo do Direito e da Literatura Brasileira adquire especial relevância. Além do destaque que confere à interdisciplinaridade, transdisciplinaridade na medida em que se baseia no cruzamento dos caminhos do Direito com as demais áreas do conhecimento, através do qual seja possível questionar seus pressupostos, legitimidade, seus fundamentos,

seu funcionamento, sua efetividade entre outros aspectos.

Com isso, o interesse desta pesquisa, mais do que reduzir a leitura da obra machadiana a uma superficial compilação de aspectos jurídicos e literários, é identificar em seus escritos pontos de convergência entre esses dois saberes, descobrindo como o talento literário do autor articulou esta interface. As Letras expressam em linguagem a nossa realidade, o Direito as codifica para nos dar segurança jurídica para uma sociedade estável.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

No século XIX, o mundo se vê mergulhado em constantes transformações, sejam elas de cunho teórico ou prático. Nota-se o exposto dada a quantidade de produções filosóficas e sociológicas que emanam da reflexão acerca dos conflitos da época. Tais desordens, por sua vez, configuravam o cenário prático do momento histórico que se desenvolvia, o qual, sob preceitos literários, resume-se como sendo “Realismo”. Sobre o exposto, de Nicola (2009) ressalta que:

“O Realismo reflete as profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais da segunda metade do século XIX. A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, entra numa nova fase, caracterizada pela utilização do aço, do petróleo e da eletricidade; ao mesmo tempo o avanço científico leva a novas descobertas nos campos da Física e da Química. O capitalismo se estrutura em moldes modernos, com o surgimento de grandes complexos industriais; por outro lado, a massa operária urbana avoluma-se, formando uma população marginalizada que não partilha dos benefícios gerados pelo progresso industrial, mas pelo contrário, é explorada e sujeita a condições sub-humanas de trabalho.” (De Nicola, p. 116).

Nota-se, a partir daí que os avanços que se configuram no cenário europeu e americano, alastram-se, com o tempo, também para o Brasil. Tal fato se dá inclusive no campo literário. Sendo assim, é compreensível que ao analisar a conjuntura da Literatura Brasileira, deva-se perpassar, inicialmente, pela observação dos aspectos que culminaram na ampliação da literatura europeia e, com menos relevância, na americana. Sobre o tema, Castello disserta que:

“Evidentemente, no estudo da formação da Literatura Brasileira, não se pode fugir ao reconhecimento simultâneo dos legados europeus e americanos. O primeiro se achava há muito definido quando nos foi transmitido durante a nossa formação, a contar do descobrimento do Brasil, comunicando-nos ideias, atitudes de vida, estilos e modelos literários.” (Castello, 2009, p. 18).

Assim, fica compreensível que nossa cronologia literária estivesse sempre um passo atrás da linearidade europeia. No entanto, é sabido que tal questão não se mostra negativa ou soberba. O fato é que de José de Anchieta (1534-1597) a Carlos Drummond Andrade (1902-1987), nossa literatura soube abranger os aspectos sociais e filosóficos a sua volta, em prol de uma arte que refletia o mundo que se modificava a cada época.

Faz-se necessário entender que a literatura, como instituto do saber e da expressão humana, possui divisão e elaboração própria. Sua organização respeita as imposições históricas de cada época, podendo assim, ser classificada entre datas e nomenclaturas.

Por hora, nos resta relevante o período supracitado, o qual se intitula como Realismo, já que, em seu centro, no Brasil, destaca-se a escrita indiscutivelmente contemporânea de Machado de Assis, conforme esboça Bosi:

“Se hoje podemos incorporar à nossa percepção do social o olhar machadiano de um século atrás, é porque este olhar foi penetrado de valores e ideais cujo dinamismo não se esgotava no quadro espaço-temporal em que se exerceu. Largo e profundo é, portanto, o campo do “quase” naquele quase-tudo.” (Bosi, 2009, p. 12).

Cabe ressaltar que o período realista brasileiro, que impera, da segunda metade do século XIX até início do século XX, apresenta, além de Machado de Assis, outros escritores que se destacam: Raul Pompéia, Visconde de Taunay e Aluísio Azevedo, segundo (COUTINHO, 2009, p. 179). No entanto, a crítica literária é enfática em afirmar que, tanto no cenário do Realismo como na literatura deste país, não há comparativos que alcancem a consagração e a maestria da escrita do autor do qual se fala, conforme afirma BOSI (2010, p. 8), ao tratar o referido escritor como “figura maior de nossa literatura.”

Machado de Assis, que assume uma visão pessimista diante da postura humana, reafirma a utilização de impressões europeias na escrita brasileira. No entanto, deve-se notar que a obra do autor, que segundo DE NICOLA (2009 p. 123), não frequentou universidades e mal estudou em escolas públicas, está além da simples influência sofrida por escritores ou por eventos contemporâneos de sua época. Machado se caracteriza pela visão real do homem diante das coisas, e, portanto, pela repulsa à propensão materialista. Tal pessimismo e tino para a observação das imperfeições humanas se faz pela leitura assídua de renomados europeus, segundo BOSI (2010), tais como: Montaigne - França, 1533 - 1592, Schopenhauer - Alemanha, 1788-1860, Maquiavel - Itália, 1469-1527 e Pascal - França, 1623-1662.

Por intermédio de tais leituras, Machado esboça uma obra que explora as distorções humanas, sem corromper a razão, sendo, portanto, um exímio realista, cheio de estilo próprio. Pode-se observar o exporto por meio da crítica tecida por BOSI:

“O que se tem até hoje como consenso é a qualificação da perspectiva de Machado de Assis por meio de epítetos negativos: cética, relativista, irônica, sardônia, sarcástica, pessimista, demoníaca. Os leitores sensíveis à pátina decorosa da sua escrita compensam a negatividade da impressão geral com atributos de atenuação que, afinal, sempre remetem aos fundo escuro que estaria sendo matizado: estilo diplomático, contido, medido, civilizado, mediador. Um olhar que morde e assopra.” (Bosi, 2010, p. 11).

A face machadiana, revela que, embora fosse um escritor de conceito e estilo próprios, não fugia das influências clássicas, refletindo em sua dialética versos que vão desde a Bíblia Sagrada até Shakespeare: “Não desprezes a correção do Senhor. Ele fere e cura.” “Há mais mistérios entre o céu e a terra do que supõe a vossa vã filosofia.”

O ponto supracitado, confere às obras de Machado característica essencial: a intertextualidade. Além disso, segundo BOSI (2010, p. 24), a ironia e a conversa direta com o leitor também são aspectos importantes capazes de representar uma ruptura ferrenha com os métodos literários até então pré-estabelecidos. O autor realista imprime sua marca com irreverência e estilo, conforme se enxerga em Dom Casmurro:

“Não consultes dicionários. Casmurro não está aqui no sentido que eles lhe dão, mas no que lhe pôs o vulgo de homem calado e metido consigo. Dom veio por ironia para atribuir-me fumos de fidalgo. Tudo por estar cochilando! Também não achei melhor título para minha narração; se não tiver outro daqui até o fim do livro, vai este mesmo.” (Assis, 2011, p.9).

Nota-se que o autor em questão não renegou as teorias de sua época. Embalado pelo cientificismo de Augusto Comte - França, 1798-1857, desenvolveu romances que não aceitavam as criações surreais, explorando assim, a conjuntura positivista dos fatos, que eram, somente o que, no plano real, poderiam ser. Além disso, o diálogo com Charles Darwin - Inglaterra, 1809-1882, também se fazia frequente em sua obra; Machado deixa nítida a crença na vitória do mais forte sobre o mais fraco, mostrando tal luta sob uma crítica à visão capitalista de mundo. O autor também busca espaço nas teorias deterministas de Hippolyte Taine - França, 1828-1893, (BOSI, 2009).

Fácil se fala sobre o julgo positivista explorado por Machado, que era um escritor de cunho realista e, portanto, explorava dos fatos aquilo o que aos olhos fossem visíveis, e normalmente, sobressaiam-se as imperfeições. Daí, também emana a visão crítica pessimista de que a sociedade se construía em plena indiferença capitalista, sendo possível aos financeiramente fortes à sobrevivência pela força. A impregnação determinista era constante, manifestando-se em sua obra a crença sagaz de que se é, aquilo o que patologicamente se está pre destinado a ser:

“Capitu e eu, involuntariamente, olhamos para a fotografia de Escobar e, depois, um para o outro. Desta vez a confusão dele fez confissão pura. Este era aquele; havia por força alguma fotografia de Escobar pequeno que seria o nosso pequeno Ezequiel.” (Assis, 2011, p.199).

Machado de Assis utilizou suas aptidões literárias para além dos romances. Tendo sido poeta, romancista, cronista, dramaturgo, contista, folhetinista, jornalista, e crítico literário, de diversas formas, conforme afirma Castello, postulou sua visão filosófica de mundo. (BOSI, 2009)

Muito embora não lhe tenha sido prestado um diploma de doutor, é fato que por mérito de seu desempenho em órgãos públicos e por sua capacidade e constante necessidade de apropriação do saber, Machado de Assis mostrava-se conhecedor do âmbito dos direitos legais da sociedade. Era consciente e diplomático, conforme expressa BOSI (2010). Não lhe parecia viável a crítica ferraña ao jogo político, uma vez que, segundo CASTELLO (2009), parecia-lhe mais seguro expor que a política nada mais era do que obra dos homens. Assim, mais sensato aos olhos machadianos soou a crítica aos homens criadores dessa arma.

A partir daí, é perceptível a análise que se faz entre visão de mundo e arte. As impressões deixadas por Machado de Assis, por exemplo, vislumbram suas experiências, leituras e ambientes explorados até a concepção de uma determinada obra. O que se configura registrado, nada mais é do que uma soma do que se viveu até então.

Assim como no direito, à literatura resta postular e suprir às necessidades do homem em sua ânsia por um mundo melhor. Ao direito, cabe a codificação teórica de mecanismos que protejam o homem de seus próprios insultos, à literatura, cabe a disseminação teórica que permita ao ser se evadir para um mundo onde os insultos do plano real possam ser manipulados e abrandados.

Com inspiração intelectual, Machado de Assis reúne teorias literárias que remontam o mundo a sua volta em seus diversos preceitos: no campo sociológico, filosófico ou político, este autor nos dá conta de que, o pragmático e o imaginário, fundem-se a todo tempo à nossa frente, vinculando assim, uma esperança que há tempos é postulada pelo contexto jurídico: a disseminação de um mundo mais justo.

2.2 METODOLOGIA

O presente trabalho teve como base, de início, toda a revisão bibliográfica do tema através do método dedutivo. Foi realizada focando o referencial teórico sobre a propriedade intelectual e a comparação das leis inseridas na época em que as obras machadianas foram escritas com as normas aplicáveis atualmente. Analisaram-se as normas que versavam sobre propriedade intelectual, direito autoral entre outros institutos jurídicos desta área, detectados nas obras literárias de Machado de Assis. Tendo por base os elementos da hermenêutica do direito da propriedade intelectual, em especial os critérios interpretativos da máxima efetividade e concordância prática de acordo com os elementos apresentados nos textos e sua inserção legal.

Concluído o levantamento bibliográfico, analisado e discutido o material teórico sobre a propriedade intelectual, partiu-se para a leitura dos textos escolhidos de Machado de Assis. Dez obras foram analisadas para que se encontrassem os institutos jurídicos de interesse deste trabalho. As pesquisas realizadas ocorreram em visitas às bibliotecas públicas e particulares. Após estas visitas, a coordenadora e o aluno de iniciação científica reuniram-se para discutir e analisar jurídico, literal e socialmente os materiais pesquisados. Sempre se levou em observação os princípios zetéticos e dogmáticos das obras analisadas e os respectivos institutos jurídicos da Propriedade Intelectual.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise do jurídico e literário, na seara da propriedade intelectual, utilizando como objeto de estudo as obras de Machado de Assis, pode-se perceber a presença de variados institutos jurídicos desse ramo do direito. Um provável reflexo dos tempos em que era funcionário público encarregado de rever pedidos de patentes e expedir as respectivas cartas. Em 1873 Machado de Assis foi nomeado primeiro-oficial da Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em 1880, é designado Oficial de Gabinete do Ministério da Agricultura. No ano de 1889 é promovido a diretor da Diretoria do Comércio, na Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 30 de março, e em 1892 a Diretor-Geral da Viação da Secretaria da Indústria, Viação e Obras Públicas. E nessa condição recebeu os relatórios do Visconde de Villeneuve sobre a Convenção de Paris de 1883, uma das principais convenções que regem o Direito da Propriedade Intelectual.

Os exemplos que serão citados neste trabalho apresentam a legislação dos institutos jurídicos da Propriedade intelectual na época da publicação do livro e atual, na medida em que for possível tal remissão.

A propriedade intelectual cobre duas áreas: os direitos do autor e os direitos conexos, por um lado, e a propriedade industrial, por outro. Direitos do autor consistem na possibilidade de se proibir terceiros de reproduzir (ou praticar os atos que constituem as várias modalidades de reprodução, como os de copiar, fixar, traduzir, adaptar e comunicar) a obra protegida. A propriedade industrial assegura o direito de proibir terceiros de usar os ativos protegidos (Carvalho, 2009, p. 23)

No que tange as criações industriais estão presentes as patentes de invenção, as patentes de modelo de utilidade e os desenhos industriais. Acompanhando a obra machadiana, percebe-se que não fazia muito bom juízo das invenções e dos inventores. Tratou das patentes, ostensivamente, em Memórias póstumas de Brás Cubas, na seguinte citação:

“Essa idéia era nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade. Na petição de privilégio que então redigi, chamei atenção do governo para esse resultado, verdadeiramente cristão. Todavia, não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanho e tão profundos efeitos. Agora, porém, que estou cá de outro lado da vida posso confessar tudo: o que me influíu principalmente foi o gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas de remédio, estas três palavras: Emplasto Brás Cubas. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam esse defeito; fio, porém, que esse talento me hão de reconhecer os hábeis; “e eu era hábil.”. Assim, a minha idéia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para público, outra para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: amor da glória.”

Patente, em uma conceituação ampla, é a proteção da invenção que apresenta novidade absoluta, atividade inventiva, aplicação industrial e seu objeto não é vedado por alguma norma legal. Deste conceito faz-se necessário distinguir quem são seus titulares, seus requisitos, sua duração e proteção conferida por lei.

O direito brasileiro permite que pessoas físicas e jurídicas possam ser titulares de uma patente de invenção e também é permitido ter mais de um titular, sendo requerida em condomínio. Além disso, o direito de obter a patente é assegurado àquele que provar o depósito mais antigo, independentemente das datas de invenção ou criação.

Sua vigência está regulada no art. 40 da Lei 9.279/96:

Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito.

Parágrafo único. O prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para a patente de modelo de utilidade, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.

A amplitude da proteção conferida à patente é determinada pelo teor das reivindicações, as quais devem ser interpretadas com base no relatório descritivo e nos desenhos, conforme o art. 41 da Lei 9.279/96.

Sua extinção pode ocorrer de cinco formas:

I - pela expiração do prazo de vigência;

II - pela renúncia de seu titular, ressalvado o direito de terceiros;

III - pela caducidade;

IV - pela falta de pagamento da retribuição anual, nos prazos previstos no § 2º do art. 84 e no art. 87; e

V - pela inobservância do disposto no art. 217.

Parágrafo único. Extinta a patente, o seu objeto cai em domínio público.

Além da extinção, a patente de invenção pode ser declarada nula, segundo procedimento administrativo ou judicial, se concedida com violação de alguma das determinações legais.

Em 1882, quando publicado o livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, a efetiva proteção dada aos inventores foi regida pela Lei de 28 de agosto de 1830. Composta de 12 artigos declarava garantir ao descobridor ou inventor de uma indústria útil a propriedade e o uso exclusivo de sua descoberta ou invenção (art.1); reconhecia às pessoas que aperfeiçoassem as descobertas e invenções, os mesmos direitos de autor ou de inventor, relativamente ao aperfeiçoamento introduzido (art.2); e estabelecia, em favor de quem implantasse, no país, alguma indústria estrangeira, um prêmio proporcionado à dificuldade e utilidade da introdução (art.3).

As patentes concediam-se gratuitamente, pagos apenas os selos e o feitio. Ao interessado competia provar a autoria da invenção e depositar, no Arquivo Público, a descrição exata e fiel dos meios e processos empregados, acompanhada dos planos, desenhos ou modelos úteis ao seu esclarecimento. A duração do privilégio, conforme a natureza da descoberta ou invenção variava de cinco a 20 anos, facultando-se, porém, a fixação de prazo maior, mediante lei especial (art.5).

O direito do inventor, consoante o art.8, compreendia não só o uso exclusivo da invenção, como também a faculdade de dispor livremente de sua criação, explorando-a a uma ou a várias pessoas. No caso “de se encontrarem dois ou mais, nos meios por que tenham conseguido qualquer fim, e coincidindo ao mesmo tempo em pedir a patente, esta se concedia a todos”, conforme o art. 9.

Segundo a referida lei, a patente incorria em caducidade se o agraciado houvesse faltado à verdade ou sido diminuto, ocultando matéria essencial na exposição ou declaração feita para obtê-la; se a invenção se achasse impressa e descrita tal qual o inventor apresentou como sua; se o concessionário não explorasse a invenção no prazo de dois anos; se o concessionário tivesse obtido, anteriormente, a mesma patente no estrangeiro, cabendo-lhe, entretanto, neste caso, o direito ao prêmio como introdutor; se o gênero manufaturado ou fabricado fosse nocivo ao público ou contrário às leis. Cessava igualmente o direito de patente para aquele, que antes da concessão dela, usavam do mesmo invento ou descoberta. (art. 10). Em 1881, o Aviso de 22 de janeiro deu novas instruções para a execução da lei, instituindo também o exame das invenções, posterior à concessão da patente.

Machado, em A Semana, revela sua opinião sobre novidade e atividade inventiva, requisitos essenciais para o pedido de patente:

“O nosso erro é crer que inventamos, quando continuamos, ou simplesmente copiamos. (...) Onde falta invenção, é natural que a imitação sobre. (...) A novidade aqui está na substituição do desenho por algarismos; mas não haverá nisso tão somente afetação de originalidade, um modo de fazer crer que se inventa, quando apenas se copia, pois a idéia fundamental é a mesma?”

Quando se avaliam as condições de patenteabilidade, o primeiro requisito a ser considerado é o da novidade. Assim, segundo o art. 11 da Lei n 9.279/1996, somente as informações que não tenham se tornado acessíveis ao público, antes da data de depósito do pedido de patente, seriam passíveis de ser objeto de uma patente. Uma característica da novidade é a extraterritorialidade, ou seja, significa que o estado da técnica não se restringe ao território brasileiro, pouco importa aos países em que ocorram os elementos identificadores do estado da técnica.

Outro requisito é a atividade inventiva. É constatada sempre que para um técnico no assunto, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica (art.13). Aproveitando as palavras de Jacques Labrunie, “para a proteção patentária, portanto exige-se algo mais do que a simples novidade. É necessário que a invenção atinja um certo nível de criatividade”

A aplicação industrial é o terceiro requisito de fundo a ser considerado pelos examinadores quanto à viabilidade de patenteamento. A invenção e o modelo de utilidade são considerados suscetíveis de aplicação industrial quando possam ser utilizados ou produzidos em qualquer tipo de indústria.

Machado alertava sobre as falsas inovações, produzidas só para angariar investimentos no mercado. Na obra, Esaú e Jacó, fez menção ao exposto:

“Quem não viu aquilo não viu nada. Cascatas de idéias, de invenções, de concessões, rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis.”

Nesse sentido, a propriedade industrial é um conjunto de normas jurídicas, e como tal, cumpre a mesma função de todo

sistema normativo em geral: a alocação de rendas e de custos . Portanto deve priorizar a importância coletiva dada a certos ativos intangíveis diferenciadores, e em alocar os custos da geração desses ativos, bem como estabelecer como a renda da sua exploração será extraída, e por quem.

Uma outra área de interesse de estudo da Propriedade intelectual é a do Direito do Autor. Uma espécie de direito que protege a informação, desde que a mesma possa ser fixada materialmente. Os direitos autorais são protegidos por uma série de normas esparsas, todavia a Lei 9.610 de 16 de fevereiro de 1998 centraliza e sistematiza outras normas.

São protegidas em lei e definidas como obras intelectuais as criações de espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro . Considera-se autor a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica , permitindo que em determinadas situações a pessoa jurídica possa receber equiparada proteção. Esta independe de registro e, como regra geral, os direitos patrimoniais perduram por setenta anos contados de 1 de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória civil.

Dom Casmurro, uma das mais famosas obras machadianas, apresenta citação direta do referido direito:

“Satanás suplicou ainda, sem melhor fortuna, até que Deus, cansado e cheio de misericórdia, consentiu em que a ópera fosse executada, mas fora do céu. Criou um teatro especial, este planeta, e inventou uma companhia inteira, com todas as partes, primárias e comprimárias, coros e bailarinos.

- Ouvi agora alguns ensaios!

- Não, não quero saber de ensaios basta-me haver composto o liberto; estou pronto a dividir contigo os direitos de autor.”

Na época que foi criada a obra, 1899, existia uma lei especial que tratava sobre os direitos de autor a Lei 496, de 1 de agosto de 1898, também conhecida como Lei Medeiros Albuquerque. Os princípios constitucionais da época eram fixados pela constituição de 1891:

Art 72. A constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

Parágrafo 26: Aos autores de obras literárias e artísticas é garantido o direito exclusivo de reproduzi-las, pela imprensa ou por qualquer outro meio mecânico. Os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei determinar.

Percebe-se que tal dispositivo assegurou o princípio da reprodução exclusiva do autor e o princípio da transmissão. Refletindo a legislação específica da época. Tanto brasileiros como estrangeiros residentes no país foram reconhecidos como criadores. Mas para ser identificado como criador e exigir seus direitos, o autor deveria registrar sua obra segundo a legislação vigente no período. Se publicada a obra assinada com o pseudônimo, caberia a defesa dos direitos ao seu editor (art. 11, Lei 496/1898). A cópia que não fosse mecânica era considerada como uma contrafação.

Os direitos do autor eram garantidos desde que fosse realizado o registro na Biblioteca Nacional, dentro do prazo máximo de dois anos . O prazo de garantia destes direitos para a faculdade exclusiva de fazer ou autorizar a reprodução por qualquer forma, era de 50 anos. Para as traduções o prazo de 10 anos a contar da tradução.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica notável diante dos resultados expostos que Direito e Literatura fundem-se em alguns aspectos. Os dois são capazes de transpor sua própria realidade social. Ao Direito, fica evidente a realidade dos aspectos sociais que motivam o mundo, e à Literatura, resta subentendida a arte que compõe o mundo e sua evolução.

Diante disso, enxerga-se que a toda e qualquer obra documentada é passível a influência que cerca o autor que a documenta. Restando verdadeiro o exposto nas obras de Machado Assis.

Tendo sido além de literato, um ativista do serviço público, Machado foi capaz de transpor para suas obras, suas experiências e conhecimentos acerca de alguns mecanismos institucionais. Sua relação e entendimento sobre patentes e direitos autorais, por exemplo, mostram-se expressas em algumas diferentes obras do mesmo autor como em Dom Casmurro (1899), Esaú e Jacó(1904), Memórias Póstumas de Brás Cubas(1881), Quincas Borba (1891), A Semana(1892), Papéis Avulsos(1882) entre outras.

Cabe ressaltar que, o referido autor foi capaz de fazer uma fusão técnica entre Direito e Literatura. Seu ponto crucial é obviamente a exploração de aspectos literários, no entanto, foi possível incorporar ao cotidiano de suas obras algumas interfaces do direito, de maneira despropositadamente intencional.

Dessa forma, compreende-se que o presente artigo foi capaz de resgatar, por meio do estudo das leis das obras literárias de Machado de Assis, relação estreita entre esses dois mecanismos que se fazem tão presentes na conjuntura social.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS:

-ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Autorial. 2 ed. Rio de Janeiro, Renovar, 1997.

-ASSIS, Machado. A Chinela Turca. Disponível em:< http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=1941 > Acesso em: 25 de julho de 2012.

_____.A Semana. Disponível em: Acesso em: 25 de julho de 2012.

_____. Dom Casmurro. 154 ed. Santa Catarina, Avenida, 2011.

_____. Esaú e Jacó. 19 ed. São Paulo, Escala, 2009.

_____. Memorial de Aires. Disponível em:< <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa>

/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2037> Acesso em: 25 de julho de 2012.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 19 ed. São Paulo, Escala, 2009.

_____. *O Alienista*. Disponível em :< http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2027> Acesso em; 25 de julho de 2012.

_____. *O Anel de Polícrates*. Disponível em:< http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1945> Acesso em: 25 de julho de 2012.

_____. *O Segredo do Bonzo*. Disponível em:< http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1944> Acesso em: 25 de julho de 2012.

_____. *Quintas Borbas*. 19 ed. São Paulo, Escala, 2009.

Barbosa, Denis Borges. *Machado e a propriedade intelectual*. Disponível em< http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/novidades/machado_pi.pdf > Acesso em: 15 jan. 2012

-BARBOSA, Cláudio R. *Propriedade Intelectual*. 1 ed. São Paulo, Campus Jurídico, 2009.

-BARROS, Carla Eugénia Caldas. *Manual de Direito da Propriedade Intelectual*. 1 ed. Aracaju, Evocati, 2007.

-BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura*. 40 ed. São Paulo, Cultrix, 2009.

-BOSI, Alfredo. *Machado de Assis, Coleção Antologia e Estudos*. 2 ed. São Paulo, Ática, 2009.

-BOSI, Alfredo. *Machado de Assis, O Enigma do Olhar*. 2 ed. São Paulo, Ática, 2010.

-CARVALHO, Nuno Pires. *200 Anos do Sistema Brasileiro de Patentes: O Alvará de 28 de Abril de 1809 - Comércio, Técnica e Vida*. 1 ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris. 2009.

-CASTELLO, José Adelmo. *A literatura Brasileira, Origens e Unidade Volume I*. 2 ed. São Paulo, Ática, 2009.

-CASTELLO, José Adelmo. *A literatura Brasileira, Origens e Unidade Volume II*. 2 ed. São Paulo, Ática, 2009.

-CERQUEIRA, João da Gama. *Tratado da Propriedade Industrial*. 1 ed. Rio de Janeiro, Forense, 1946.

-COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura do Brasil*. 16 ed. Rio de Janeiro, ABDR, 2010.

-DE CARVALHO, Nuno Pires. *A Estruturas dos Sistemas de Patentes e Marcas*. 1 ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris.

-DE NICOLA, José. *Literatura Brasileira, das Origens aos Nossos Dias*. 4 ed. São Paulo, Scipione, 2009.

-PIMENTA, Eduardo. *Princípios de Direitos Autorais: Um Século de Proteção Autoral no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2004.

OUTRAS FONTES

-BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

-BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

-BRASIL. Lei s/n, de 28 de agosto de 1830.

-BRASIL. Lei 496, de 1º de Agosto de 1898.

Sobre o texto:

Texto inserido no EVOCATI Revista nº 80 (03/08/2012)

Elaborado em .

Informações bibliográficas:

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

Disponível em: < http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=554 >. Acesso em: 12/05/2016